



23ª EDIÇÃO

Sisem participa do
"Grito dos Excluídos" no
7 de Setembro

Página 3

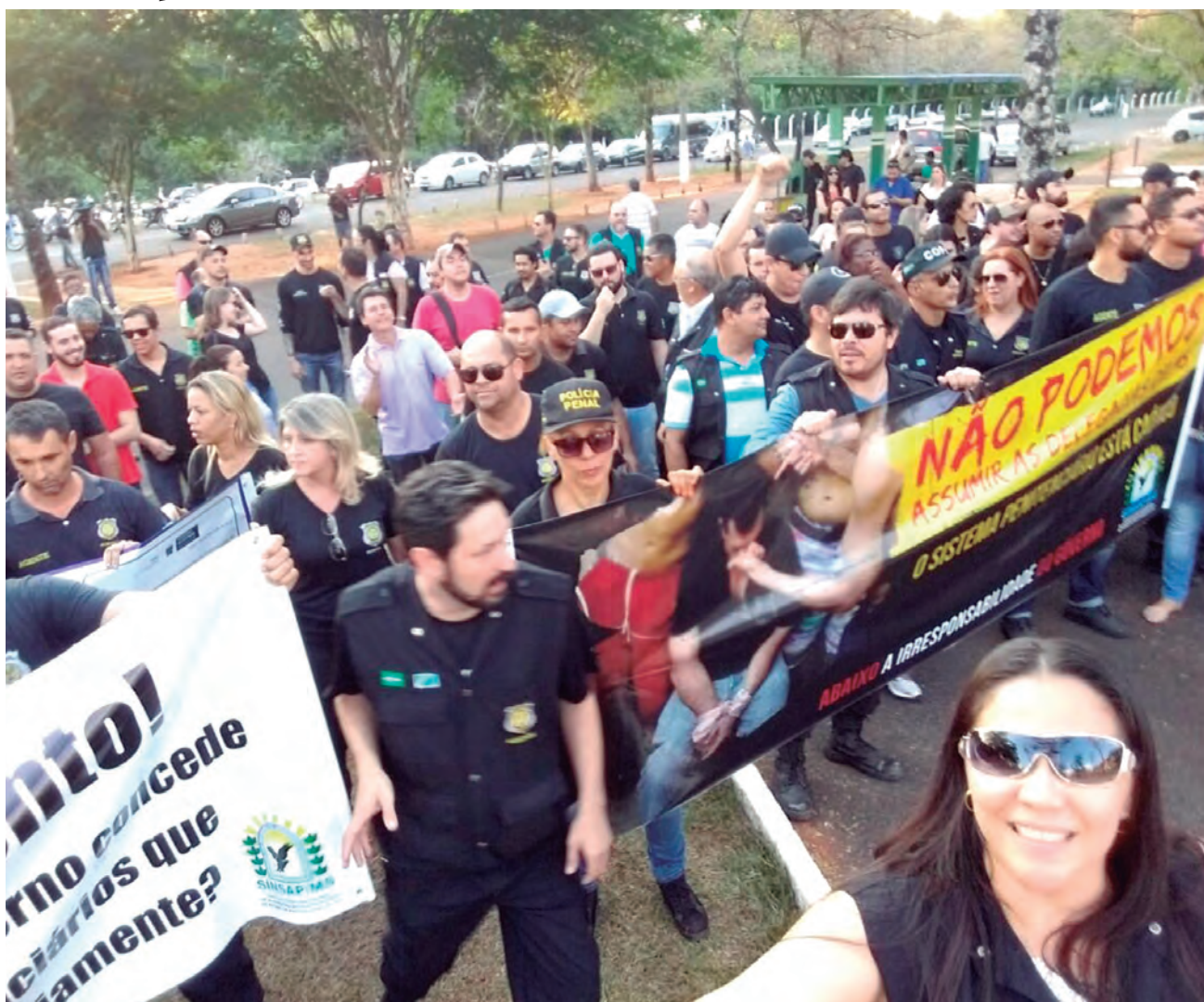
SAÚDE

Casems realiza
campanha de doação de
sangue e medula óssea

Página 8



Lei complementar reajusta salário de procuradores e revolta servidores



O Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul, na luta pela revisão geral anual de acordo com a inflação do período - que na soma dos últimos 3 anos representa mais 21%-, se posicionou contrário à sanção da Lei Complementar Nº 238, de 5 de setembro de 2017 que, na prática, dá reajuste nos altos salários dos procuradores estaduais, diante do anúncio de apenas 2,94% para todos os mais de 75 mil servidores. **Página 5**

REME - PÁG. 4

ACP avança em discussões com a Prefeitura para integralização do Piso 20h



SALÁRIO - PÁG. 7

Sindijus requer revisão anual em Mandado de Segurança

ELEIÇÃO - PÁG. 3

Nova diretoria do Sindasp-MS é empossada para gestão 2017/2020

VOTAÇÃO - PÁG. 6

Sinsetran está em estado de Assembleia

MANIFESTO - PÁG. 8

Documentário sobre as delegacias de MS é entregue ao juiz Odilon

Exército libera compra de 9mm para PMs e Policiais Civis aposentados

II No dia 24 de agosto foi publicado no Boletim do Exército de nº 34/2017, a Portaria de nº 967 de 08 de agosto deste ano, que autoriza a aquisição de armas de fogo de uso restrito, na indústria nacional, para uso particular por policial rodoviário federal, policial ferroviário federal, policial civil, policial e bombeiro militar dos Estados e do Distrito Federal.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Conforme esta publicação está prevista a aquisição de até duas armas de fogo de porte e de uso restrito nos calibres .357 Magnum, .40 S&W, .45 ACP ou 9mm, em qualquer modelo, pelos profissionais de Segurança Pública.

Esta alteração na legislação é uma solicitação antiga das entidades policiais representativas nacionais e estaduais, que a exemplo da ABSSMS entendem que principalmente o uso pistola calibre 9 mm é um avanço na proteção individual dos policiais e bombeiros militares e no combate à criminalidade, face ao atual poderio bélico dos criminosos.

A decisão ocorre em meio a uma grave crise de segurança na qual

Comparação com a pistola .40, utilizada por parte das polícias brasileiras, como a paulista

	9 mm	.40
Custos	Cerca de R\$ 3.700 (munição 40% mais barata)	Cerca de R\$ 3.700
Poder de perfuração	Pode atravessar até três pessoas	Geralmente para no primeiro corpo que atinge
Número de munições	Até 17	Até 15
Outras características	É mais leve, mais fácil de atirar (provoca menos recuo) e tiro atinge maior alcance	Tem maior poder de parada (oponente sente maior impacto com um só tiro), por isso é considerada boa para policiamento de rua



agentes têm sido assassinados por criminosos em momentos de folga. No Rio, mais de cem PMs já foram mortos neste ano.

A maioria dos assassinatos de policiais ocorre fora de serviço, segundo estudo recente do Instituto Sou da Paz. O levantamento, baseado em boletins de ocorrência, revela que 70% dos policiais mortos na cidade de São Paulo entre 2013 e 2014 estavam de folga.

Mato Grosso do Sul faz fronteiras com os Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná; além de países como Bolívia

e Paraguai, ameaças de atentados contra integrantes das corporações tem aumentado, por conta do firme combate ao crime organizado, das sucessivas apreensões de drogas, que são as maiores do País, por isso a opção dos policiais adquirirem um armamento mais moderno é extremamente salutar para a proteção do profissional e de todos a sua volta.

Atualmente, as portarias internas dos comandos das polícias não preveem a utilização de armas 9 mm, por ser uma decisão recente do Exército, por isto os regulamentos estaduais estão sendo alterados para se adequar a esta nova regulamentação Federal.

Pela portaria publicada pelo Exército, os policiais só podem comprar as pistolas da indústria nacional – que se resume a Taurus e Imbel.

Sintss-MS adere a campanha pela revogação da reforma trabalhista

No dia 7 de setembro, através do Grito dos Excluídos, foi lançada em diversas cidades brasileiras, uma grande ação de mobilização nacional, a coleta de assinaturas para apresentar ao Congresso Nacional um Projeto de Lei de Iniciativa Popular (Plip), para revogar os efeitos da Lei 13.467 da Reforma Trabalhista, que entra em vigor no dia 11 de novembro.

A iniciativa, que reúne centrais sindicais, federações, confederações e sindicatos, tem como objetivo colher mais de 1,3 milhão de assinaturas (1% do eleitorado brasileiro, de todas as regiões), para ser protocolado na Câmara Federal um PLIP que anule (revogue) a lei da Reforma Trabalhista.

Para a direção do SINTSS/MS, esta campanha é de vital importância, no sentido de engajar os servidores públicos, “os próximos da lista”, a lutar contra a perda de direitos, caso esta famigerada lei da reforma trabalhista não seja revogada. Junto com a lei da terceirização, o cenário posto para os servidores públicos é de sérias ameaças às suas conquistas históricas.

Neste sentido, o sindicato vai unir esforços e buscar parcerias com outros sindicatos e movimentos sociais, para a coleta de assinaturas do PLIP.

A lei da Reforma Trabalhista aprovada pelo governo ilegítimo de Michel Temer passa a valer a partir do dia 11 de novembro de 2017. Além disso, a Lei que permite a Terceirização

ilimitada já entrou em vigor. Temer está promovendo um desmonte nos direitos trabalhistas, tirando direitos conquistados ao longo de décadas. Vale ressaltar que o projeto da Reforma da Previdência, que na prática acaba com o direito à aposentadoria, está sendo preparado para a votação, segundo o governo golpista, ainda para este ano.

Durante o período da campanha, a intenção é pressionar nas ruas e nas redes sociais parlamentares, juízes, ministros ou qualquer outra autoridade ou representante do povo, por meio de envio de e-mail, mensagens nas redes sociais, etc, no sentido de buscar apoio para esta iniciativa.

Será organizada uma Caravana a Brasília para a entrega das assinaturas do Projeto de Lei de Iniciativa Popular na Câmara dos Deputados – (protocolização do projeto), onde representantes sindicais e de movimentos sociais, farão um grande ato de entrega.

Interessados/as podem cadastrar o seu comitê através do site: anulareforma.cut.org.br



Sisem participa do “Grito dos Excluídos” no 7 de Setembro

O SISEM (Sindicato dos Funcionários e Servidores Municipais de Campo Grande) esteve participando, no último dia 7 de Setembro, do “Grito dos Excluídos”, organizado pelos sindicatos, igreja, sem-terra e movimentos sociais.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O tradicional manifesto Grito dos Excluídos marcou presença mais uma vez ao fim do desfile cívico de 7 de Setembro, na Rua 14 de Julho, Centro de Campo Grande. Segundo a organização, participaram cerca de mil pessoas.

O evento chegou a sua 23ª edição nacional, com o lema que chama a atenção para a situação da violência que atinge, sobretudo, a juventude das periferias, bem como alerta para o poder que os meios de comunicação exercem na manipulação do cidadão, muitas vezes desinformado.

O Grito dos Excluídos é uma manifestação popular que surgiu a partir de uma iniciativa das Pastorais Sociais em 1994, sendo realizado pela primeira vez no 7 de Setembro de 1995, tornando-se, desde então, um espaço de reivindicação e denúncias das injustiças sociais existentes no Brasil, sempre aberto e plural de pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais



O evento chegou a sua 23ª edição nacional

comprometidos com as causas dos excluídos.

Segundo Marcos Tabosa, presidente do SISEM, “precisamos recolocar o Brasil de novo nos trilhos do desenvolvimento. Nós, do movimento sindical, estamos em guerra contra essas reformas do governo que prejudicam os trabalhadores e juntos caminharemos na luta contra esses abusos que buscam a redução de salário e arrasa os direitos trabalhistas duramente conquistados pela classe operária deste País”.

No Mato Grosso do Sul houve destaque para a série de violências sofridas pelos povos indígenas, em especial, para a atual situação do conflito que ocorre no

sul do Estado, mais precisamente na região da cidade de Antônio João, que segundo relatos dos índios Guarani-Kaiowá daquele local, vitimou há poucos dias o guerreiro Simião Vilhalva.

Participaram ainda do ato representantes da CUT-MS, UGT-MS, Força Sindical, Conselho do Povo Terena, Aty Guassú, CDDH Marçal de Souza Tupã i, MST, Fetricom, Terra Vermelha, Marcha Mundial de Mulheres, Franciscanos, Jufra Nossa Senhora de Fátima, Sindicato dos Bancários, ADUFMS, RECID-MS, ACP, Fórum Municipal de Juventudes de Campo Grande, SINTES, SINDSEP, SINTSPREV e representantes de Partidos Políticos, como PT, PC do B, Psol e PSTU.

Nova diretoria do Sindasp é empossada

A nova diretoria do Sindasp/MS – Sindicato dos Agentes de Segurança Patrimonial Público do Estado de Mato Grosso do Sul tomou posse dia 06 de setembro, para a gestão 2017/2020. O pleito eleitoral foi realizado dia 30 de junho, com a vitória da Chapa 03 ‘Lutar é o nosso Compromisso, Vencer é a nossa Meta’.

O presidente da Comissão Eleitoral, José Roberto Veloso, empossou a nova diretoria eleita, que tem a seguinte composição:

DIRETORES E SUPLENTE

Diretor Presidente: GERALDO CELESTINO DE CARVALHO,
Vice-Diretor Presidente: Edilete Bogarim dos Santos Medina,
Primeiro Secretário: VANDERSON MATRICARDI,
Segundo Secretário: Marisa Aluchna Melgarejo Mezza,
Primeiro Tesoureiro: EROTIDES DE ARAUJO SOARES,
Segundo Tesoureiro: Denis Angelo Ferraz,
Diretor de Assuntos Jurídicos: EURIPEDES GONÇALVES,
Suplente de Diretor de Assuntos Jurídicos: Aroldo Evangelista dos Santos Oliveira,
Diretor de Esporte e Cultura: ADIR GODINHO,
Suplente de Diretor de Esporte e Cultura: Pedro Moniz de Aragão Oliver Neto,
Diretor de Política Sindical: PEDRO BERNARDO COCIAN LEMES,
Suplente de Diretor de Política Sindical: Cicero Alves da Silva,
Diretor de Capacitação Profissional: IDEMAR BEATRIZ,
Suplente de Diretor de Capacitação Profissional: Hudson Ferreira do Nascimento,
Diretor de Comunicações e Relações Públicas: ELIDIO APARECIDO DA SILVA,
Suplente de Diretor de Comunicações e Relações Públicas: Marcio Aurélio Anselmo Ataíde



CONSELHO FISCAL E SUPLENTE

ARONILDO JORGE DE OLIVEIRA
CUSTÓDIO VALDES
HAROLDO JORGE MONTEIRO DE ARRUDA
Suplentes do Conselho Fiscal
Waltencir Brito Espindola
José Nilson Batista Derigo
João Prudêncio de Amorim



No Ato de Posse os eleitos e empossados assumiram o compromisso de respeitar o exercício do mandato e do Estatuto Social do SINDASP/MS

ACP avança em discussões com Prefeitura da Capital para integralização do Piso 20h

II A comissão de negociação do Piso 20h da ACP se reuniu, em mais uma rodada de discussões, com a equipe da prefeitura para definir o cronograma e forma de cumprimento integral do Piso 20h na REME.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A reunião aconteceu na tarde de quarta-feira (13), na SEGES (Secretaria de Gestão) e contou com a presença da Secretária de Educação, Ilza Mateus, e da Secretária de Gestão, Maria das Graças Macedo. Representando os profissionais da educação estavam o presidente da ACP, Lucílio Nobre, a vice-presidente, Zélia Aguiar, o tesoureiro Waldemar Gomes e os professores membros da comissão,



Comissão da ACP reunida com equipe da Prefeitura para definir o cronograma e forma de cumprimento integral do Piso 20h na REME

Angelina Souza, Maria das Graças Monteiro, Orlando Peralta, e Leonel Bonfim.

Graça Macedo informou que a Prefeitura já estuda possibilidades para a integralização do Piso

20h. A definição da proposta a ser apresentada para a categoria depende da discussão com a Comissão de Fiscalização dos Gastos Municipais.

“Nós nos reuniremos no dia 20 de setembro

para fechar esse estudo. Nosso objetivo é apresentar uma proposta para a comissão da ACP já na nossa próxima reunião, que está marcada para o dia 25 de setembro”, garantiu a Secretária de Gestão.

A ACP incluiu na pauta da reunião, a cobrança sobre a criação de novos cargos para chamar os aprovados no concurso do magistério de 2016. “Em nossa última audiência na Secretaria de Educação, a professora

Ilza Mateus informou que a posse dos concursados está dependendo da criação desses cargos. Por isso, aproveitamos a oportunidade para fazer a cobrança”, explicou a vice-presidente da ACP. Diante da demanda do sindicato, a Secretária Graça Macedo afirmou que enviará o Projeto de Lei para a Câmara Municipal em breve, para, posteriormente, iniciar as chamadas.

Após a reunião, a comissão da ACP saiu esperançosa. “A integralização do Piso 20h é nossa prioridade na REME. Esperamos que essa promessa de apresentação da proposta se conclua e, no Dia do Professor, tenhamos algo a comemorar em 2017”, finalizou a professora Zélia Aguiar.

Administrativos da Educação vão parar!

No dia 20 de setembro, os/as trabalhadores/as administrativos da Educação de Mato Grosso do Sul cruzarão os braços em manifestação para reivindicar Política de Valorização; Incorporação do Abono; Publicação e Pagamento das Promoções e Progressões Funcionais; Restruturação da Carreira; Pró-Funcionário e Concurso Público. As assembleias estão sendo realizadas nos SIMTED's em todo o Estado

“O dia 20 será uma grande mobilização para lutarmos pela valorização dos servidores e servidoras administrativos/as nas Escolas, pois sem eles não têm a mínima possibilidade de ter Educação nas mesmas!”, disse o Secretário dos Funcionários Administrativos da FETEMS (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul), Wilds Ovando.

A concentração será dia 20 de setembro, a partir das 09 horas, na Assembleia Legislativa.

FETEMS
 FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM
 EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

Governo manda reajuste de 2,94% para Assembleia e mantém regalias à PGE

II Cerca de 65 mil servidores de Mato Grosso do Sul receberão o próximo salário com aumento de 2,94%, de acordo com o Projeto de Lei 208/2017. O índice foi encaminhado na quinta-feira (14), pelo Executivo à Assembleia Legislativa.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Antes de bater o martelo sobre o reajuste ínfimo aos servidores, o governo aprovou a Lei Complementar Nº 238, de 5 de setembro de 2017 que, na prática, dá reajuste nos altos salários dos procuradores estaduais, diante do anúncio para todos os demais servidores.

De acordo com a lei aprovada e publicada no Diário Oficial do Estado, há previsão de um mínimo de 5% de auxílio alimentação e saúde; mínimo 10% auxílio-transporte; mínimo 5% assistência médico-social aos ativos e inativos extensivo ao cônjuge e dependentes e ainda a conversão de 1/3 do período de férias em abono pecuniário.

Os representantes do Fórum questionam a medida, já que não foi tornado público nenhum estudo que mostre em



Os representantes do Fórum dos Servidores Públicos questionam a medida

quanto todos os penduricalhos iriam onerar a folha estadual.

Nos meses anteriores, foram aprovados também o uso do repasse do duodécimo para o alto escalão do judiciário estadual, ou seja, os promotores, procuradores e desembargadores do Ministério Público Estadual e Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Na prática, os mesmos estão autorizados a usar o dinheiro dos Fundos de Desenvolvimento, que deveriam financiar estrutura para melhor atender a população e cursos de aperfeiçoamento dos servidores em dinheiro para as próprias contas.

Entretanto, os servido-

res saem perdendo na negociação, já que o Estado resolveu vetar para o TJMS e Defensoria o acréscimo salarial que se estenderia para inativos e pensionistas, "que adquiriram o direito à paridade com os servidores da ativa".

Em sua justificativa, o governo explica que, ao dar reajuste aos inativos, a Defensoria, além do Tribunal e Ministério de Contas, estão "interferindo nas atribuições da Administração Pública Estadual, no caso a Ageprev, inativos e pensionistas". Isto é, acrescenta, interfere em um "ato típico da administração".

Em julho, o Governo de Mato Grosso do Sul anunciou reajuste sala-

rial de 2,94% para os 75 mil servidores estaduais ativos e inativos. Segundo o Executivo estadual, o reajuste será a partir de setembro e teria impacto mensal de R\$ 11 milhões na folha de pagamento.

O anúncio foi feito durante reunião na Governadoria com representantes de 39 sindicatos que representam diferentes categorias de servidores. Segundo o governo, o reajuste anunciado "atende às questões legais, como a responsabilidade em cumprir a Lei Complementar 156, que prevê contenção de gastos como contrapartida ao alongamento da dívida dos Estados com a União".

Reajuste

O projeto determina que os efeitos financeiros de 2,46% retroagem a 1º de setembro. Isso significa que o salário pago em outubro virá com o reajuste. O índice não é, portanto, retroativo a maio (data-base).

Os professores terão como reajuste o mesmo índice, mas isso é previsto em lei específica, referente a essa categoria. Não serão contemplados com o aumento de 2,46%, os servidores que já tiveram aumento.

Estão nessa situação policiais, servidores da Defensoria Pública, Tribunal de Contas e Ministério Público de Contas, da Assembleia Legislativa, do Poder Judiciário e do Ministério

Público Estadual.

O impacto nos gastos do governo estadual será de R\$ 10 milhões mensais, de acordo com Carlos Alberto Assis. A folha de pagamento subirá da média de R\$ 455 milhões para R\$ 465 milhões. No total, são 73 mil servidores, mas cerca de 65 mil são os incluídos nesse reajuste.

Para ser publicado, o reajuste salarial precisa ser aprovado pela Assembleia Legislativa. Isso deve ser feito antes do dia 22, quando fecha a folha. Independentemente disso, o secretário já está alterando a folha salarial. "Se o projeto não for aprovado, volto ao que era antes", disse.



Azambuja dá reajuste nos altos salários dos procuradores

Depois de votação, Sindetran está em estado de Assembleia

II No sábado (2), o Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) realizou uma Assembleia Extraordinária em sua Sede de Campo. Com a presença de servidores de Campo Grande e de várias cidades do interior do Estado, o público votante chegou a 182 funcionários.

Da Redação
redacao@publico.inf.br.

“Depois dos acontecimentos da semana, com a prisão da diretoria do DETRAN, nossa categoria está entendendo que temos que nos unir para alcançar nossos objetivos e resgatar nosso órgão. A grande presença dos servidores hoje é uma prova dessa união”, disse o presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai Junior.

Entre os assuntos em pauta, as tratativas com o governo do Estado sobre o PCCR – Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – causou discussão. Em reunião com representantes da SAD (Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização) na quinta-feira (31), a diretoria do Sindetran-MS conseguiu que a análise do Plano comece no próximo dia 15 de setembro. “O governo



Servidores do Detran durante assembleia realizada pelo Sindetran-MS

pediu para que o Plano estabelecido em 2015 e já apresentado nessa época comece ser analisado para definir o impacto de custeio. A resposta com o PCCR pronto seria entregue na primeira quinzena de novembro”, explicou Bruno Alves, secretário Geral do Sindetran-MS.

O prazo de devolutiva do governo do Estado causou revolta entre os servidores. “Não podemos mais esperar. O governo tem esses dados desde 2015 e só faz nos enrolar. Não podemos confiar em quem colocou no DETRAN essa diretoria que foi presa”, exclamou uma servidora do interior do Estado.

Os próprios servidores propuseram enxugar o prazo do governo que acabou sendo aprovado por unanimidade. Depois de apresentada a proposta no dia 15 de setembro, a SAD tem até o dia 6 de outubro para apresentar a resposta. “Nós vamos acompanhar essa análise

e negociar nesse período. Queremos que essa negociação termine antes do fim do ano, que é o prazo estabelecido no acordo firmado para encerramento da greve de 2015”, explicou Marcelo Almeida, representante do Sindetran-MS, junto ao FETRAN.

Convênios e Premiações

Durante a assembleia, o Sindetran-MS anunciou os convênios que vem firmando ao longo da gestão dessa diretoria. Os convênios com a Sulli Ótica, Dale Sorvetes e FAMPER dão direito a desconto aos

sindicalizados. Ao fim da Assembleia, através de sorteio, os servidores Priscila Lemos e Adriano Chastel foram presenteados com um pote de sorvete, oferecido pela Dale Sorvetes.

Estado de Assembleia

Com a constante negociação com o governo do Estado, o Sindetran-MS está em Estado de Assembleia. Essa pauta, aprovada por unanimidade, possibilita que a qualquer momento o sindicato possa convocar uma assembleia para analisar a negociação do PCCR. “As assembleias poderão ser convocadas de um dia para outro, de forma legal, garantindo a legitimidade do que for decidido”, esclareceu o assessor jurídico do Sindetran-MS, Eliton Aparecido Souza de Oliveira.

“Nós esperamos que o governo perceba a força

da nossa categoria e que as negociações aconteçam com tranquilidade, porém esse estado de assembleia nos garante a possibilidade de greve, caso as negociações se encerrem. Não queremos prejudicar o atendimento do DETRAN, isso já ficou provado nesta semana, em que o órgão prosseguiu funcionando, mesmo sem diretoria. Queremos que nossos direitos sejam respeitados e nossa categoria seja ouvida, conforme prometeu o governo do Estado em sua campanha de eleição e no acordo de encerramento da greve, em 2015”, afirmou Sakai.

Sindijus requer revisão geral anual em Mandado de Segurança

II O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS), representado pelo seu presidente Fabiano Reis de Oliveira, protocolou Mandado de Segurança em relação ao ato do presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ/MS), Desembargador Divoncir Schreiner Maran, que negou o reajuste salarial anual aos servidores do Poder Judiciário, que é garantido pelo art. 37-A, da Lei Estadual n. 3.687/2009 e art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Da Redação
servidorpublico.ms@gmail.com

A judicialização da questão já havia sido previamente determinada pela categoria na Reunião Extraordinária do Conselho Geral de 25 de março de 2017 em caso de não concessão do reajuste geral previsto em Lei até julho/2017, bem como tal determinação foi reiterada na Reunião Ordinária do Conselho Geral de 22 de julho de 2017 em caso de ausência de resposta ou negativa 30 dias após o pedido de reconsideração administrativa. Também ficou determinada a tomada de outras medidas como divulgação na imprensa, acionamento do Conselho Nacional de Justiça, mobilizações, entre outros, a serem realizados de forma gradativa e planejada.



Fabiano Reis, presidente do Sindijus-MS

MANDADO DE SEGURANÇA

SINDIJUS

Capatti & Rezende
EGREGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL (TJMS).

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - SINDIJUS/MS.

entidade sindical, inscrita no CNPJ sob o n. 15.411.911/0001-89, com sede em Campo Grande (MS), na Rua 24 de Outubro nº 514, Vila Glória, e-mail: sindijusms@gmail.com, neste ato representado por seu PRESIDENTE, Senhor Fabiano Reis de Oliveira, por intermédio de seus advogados que esta subscrevem, com escritório profissional na cidade de Campo Grande (MS), à Rua Uberlândia, n. 148, nesta Capital, perante V. Exa., vem impetrar

MANDADO DE SEGURANÇA

em face do Exmo. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL, Exmo. Sr. Divoncir Schreiner Maran, com endereço no Parque dos Poderes, nesta Capital como litisconsorte o ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL na pessoa de um de seus ilustres Procuradores, com endereço no Parque dos Poderes, nesta Capital, pelos fatos e fundamentos a seguir:

I – DA LEGITIMIDADE ATIVA.

Por ser entidade sindical regularmente constituída, o impetrante representa a categoria dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, buscando proteger seus direitos e interesses, atuando na condição de substituído processual, como disciplinado pelo Código de Processo Civil (CPC):

Art. 18. Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
Parágrafo único. Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.

RUA UBERLÂNDIA - Nº 148 - VILA NOVA PIRELLA - CAMPO GRANDE/MS - TEL.: (67) 8307-2833 - CEL.: (67) 9327-7807

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIALDO CAPATTI DE AQUINO, protocolado em 14/09/2017 às 16:51, sob o número 1410026602017A102000. Para conferir o original, acesse o site <http://www.tjms.jus.br/portal/ajudica/conferenciaDocumento.do>, informe o processo 14100266-06/2017 e código 2184728.

Por aumento e mais segurança, agentes penitenciários protestam no Parque dos Poderes

II Agentes penitenciários protestam na tarde de terça-feira (12), no Parque dos Poderes, por reajuste salarial acima dos 2,94% oferecidos pelo Governo do Estado. Os servidores também pedem mais segurança no trabalho e convocação de profissionais aprovados em concurso.

Da Redação
servidorpublico.ms@gmail.com

De acordo com o sindicato que representa a categoria, cerca de 250 agentes participam do ato. Com faixas, apitos e cartazes eles pedem reajuste maior do que o oferecido entre o Estado e aceito pelo Fórum dos Servidores.

Presidente do Sinsap (Sindicato dos Servidores da Administração Penitenciária de MS), André Santiago, afirma que 1,6 mil servidores trabalham para atender 16 mil detentos em todo o Es-

tado. O número é inferior ao recomendado por organizações de segurança, 1 agente para cada cinco presos.

Ainda segundo o sindicalista, a expectativa é que fossem convocados 435 agentes aprovados em concurso, no entanto, 91 deixaram de ser chamados. Outra reivindicação dos agentes é que a Agepen (Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário) não estaria cumprindo protocolo de segurança em casos de ameaça de morte feita por detentos contra agentes.

“Temos sete agentes ameaçados nominalmente de morte, além de ameaças e ataques a agentes de Coxim e Jardim”, disse Santiago.

Caso as reivindicações não sejam atendidas, a categoria ameaça greve. Assembleia deve ser realizada nesta semana.



Caso as reivindicações não sejam atendidas, a categoria ameaça greve

Cassems realiza campanha de doação de sangue e medula óssea

II O transplante de medula óssea é a única esperança de cura para milhares de portadores de doenças que afetam as células do sangue, como leucemia. A chance de encontrar uma medula compatível para a doação chega a ser de uma em cem mil. Para que esse número diminua a Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems) lança nesta segunda-feira, 18 de setembro, às 9 horas, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Campo Grande (OAB/MS) a campanha #Bora Doar Sangue e Medula?

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A campanha é uma verdadeira força-tarefa para conscientizar as pessoas sobre a importância de se cadastrar como possível doador de medula óssea e dar continuidade à campanha de doação de sangue que é feita todos os anos pela Cassems. A expectativa é conseguir pelo menos 500 novos doadores.

O ato é uma parceria entre a Caixa dos Servidores e o Hemosul, Instituto Sangue Bom, Fórum dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, OAB/MS, Pátio Central – Shopping do Centro, Conselho Regional de Enfermagem de Mato

Calendário da Campanha

DATA	HORÁRIO	LOCAL	EVENTO
16/09	8h	Afonso Pena com a 14 de Julho.	O Fórum dos Servidores realizará a primeira panfletagem da campanha.
17/09	8h	Afonso Pena com a 14 de Julho.	Panfletagem.
18/09	10h	OAB MS – Av. Mato Grosso4.700	Lançamento Oficial da Campanha.
18/09	14h	Rua Antônio Maria Coelho, 6065, Vivendas do Bosque.	Coleta de possíveis doadores na sede da Cassems.
19/09	8h	Hemosul Dourados/ CRF /HU Dourados	Campanha Dourados
20/09	8h	Rua Mal. Candido Mariano Rondon, 1380 – Centro.	CRF e Plantão da Alegria farão campanha no Pátio Central Shopping.
20/09	14h	Hemosul Dourados/ CRF /HU Dourados	
21/09	8h	Hospital Cassems – Av. Mato Grosso, 5151	Coleta de possíveis doadores no Hospital Cassems.
De 16 a 21/09		Dourados	Panfletagem e Conscientização nos municípios pelo CRF.

Grosso do Sul (Coren), Conselho Regional de Farmácia de Mato Grosso do Sul (CRFMS).

O presidente da Cassems, Ricardo Ayache, explica que que o objetivo da campanha é incentivar, principalmente, o cadastro no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome).

“Ao se cadastrar no Redome, o doador também pode salvar muitas vidas. O transplante de medula óssea pode beneficiar o tratamento de pelo

menos 80 doenças”, destacou.

Qualquer pessoa com idade entre 18 e 55 anos está apta a ser uma doadora de medula óssea. Os cadastrados têm retirado uma pequena quantidade de sangue, que tem seu nome incluído no Redome, que é gerenciado pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca).

Caso seja compatível com alguma pessoa que tenha doença e necessite de transplante, o doador é contatado para

Serviço

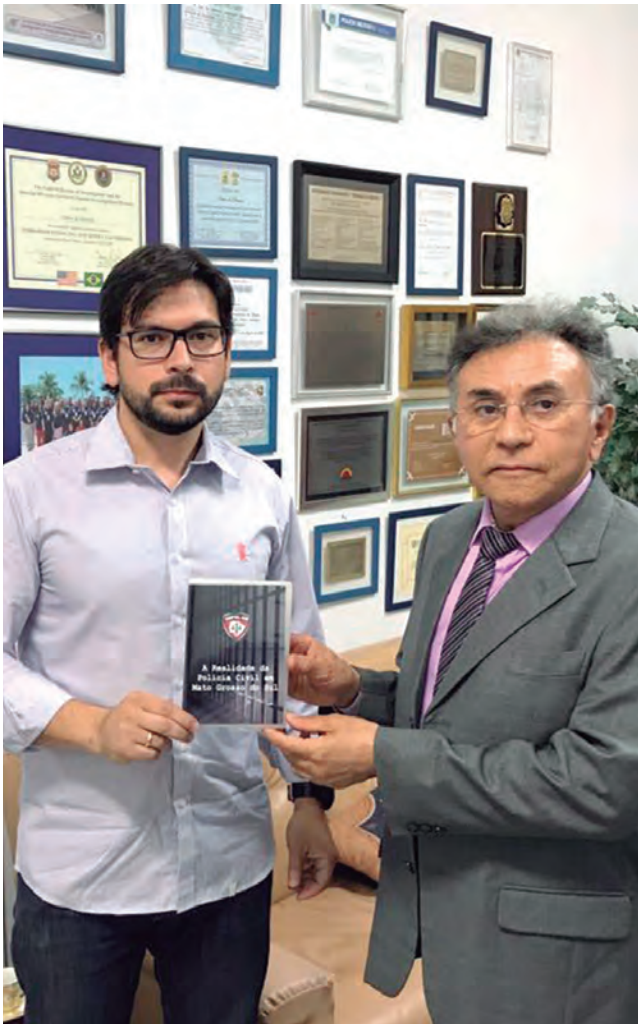
O Hemosul fica na Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº1.304, na região central de Campo Grande. O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h30 e no sábado das 7h às 12h30. Interessados podem entrar em contato com o Hemosul pelo telefone 3312-1517.

que o transplante seja realizado.

Documentário sobre as delegacias de MS é entregue ao juiz Odilon de Oliveira

II Em busca de apoio à luta pelo fim da custódia de presos em delegacias e de melhorias nas condições de trabalho, o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda, entregou uma cópia do documentário “A Realidade da Polícia Civil de MS” ao juiz federal Odilon de

Oliveira. No encontro, ocorrido na quarta-feira (13), Giancarlo destacou a dificuldade que as unidades localizadas na fronteira enfrentam. “O juiz Odilon viveu a dura realidade das divisas do nosso Estado, onde ser um defensor da lei é se tornar alvo constante da criminalidade”, declarou.



O presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda, entregou cópia do documentário, “A Realidade da Polícia Civil de MS”, ao juiz juiz federal Odilon de Oliveira